

⇒ *Qualidade do ar local*

A nível local, a qualidade do ar no concelho da Chamusca é monitorizada na estação da Chamusca, da responsabilidade da CCDR LVT. Esta estação é do tipo rural de fundo, monitorizando parâmetros como o NO_x, SO₂, Partículas e Ozono.

Os dados registados nesta estação mostram que as concentrações dos poluentes monitorizados apresentam valores sistematicamente muito inferiores aos limites previstos na legislação, indicando que na zona as fontes de poluição tráfego/indústria não são relevantes (ver Figuras 5.18 e 5.19).

Apenas para o Ozono se registaram algumas excedências dos valores limite aplicáveis, embora o valor médio anual se tenha situado abaixo do valor-alvo.

As excedências verificadas poderão estar relacionadas com as emissões de COVNM – compostos orgânicos voláteis não metânicos de origem biogénica (que são precursores do ozono troposférico) associadas à tipologia de ocupação do solo na área, eminentemente florestal.

⇒ *Emissões atmosféricas*

Portugal, em 2012, emitiu 67,04 Mt de CO₂eq de gases com efeito de estufa excluindo o sector florestal e alteração de uso do solo (LULUCF), ultrapassando em cerca de 13,1%¹ as emissões do ano de referência (1990).

Introduzindo o contributo do sector LULUCF, foram emitidos 53 590 kt de CO₂eq, resultando num sequestro líquido de 13 450 kt de CO₂eq por parte deste sector.

A evolução das emissões de GEE 2005-2012, por sector de emissão, mostra uma redução do contributo do sector da agricultura, cujo nível de emissões baixou a um ritmo médio anual de 0,5%. Na situação oposta, surge o sector dos resíduos, com um aumento constante da ordem dos 1,4%. O sector dos processos industriais tem mantido os níveis de emissão relativamente constantes (Estatísticas do Ambiente, INE, 2013).

Em 2012, o sector da energia foi o que apresentou a maior contribuição (69,7%), sendo a produção e transformação de energia e os transportes os subsectores com maior relevância (idem).

As emissões geradas pela agricultura em 2012 (7 224 kt de CO₂eq) representaram, face a 1990, um decréscimo efetivo de 15 342 kt de CO₂eq e uma diminuição do contributo deste sector para o total das emissões sem LULUCF de 2,9 p.p. (passou de 13,4% em 1990 para 10,6% em 2012).

Em 2012, o CO₂ foi o principal gás responsável pelos GEE, representando cerca de 73,2% do total de emissões, seguido do CH₄ com 17,8% e do N₂O com 6,5%.

¹ No âmbito do acordo comunitário de partilha de esforços para cumprimento do Protocolo de Quioto, Portugal pode aumentar as suas emissões em 27% face ao ano de referência, na média do período de cumprimento (2008-2012).

Figura 5.18 – Valores médios anuais de SO₂, NOx e PM₁₀ na estação da Chamusca

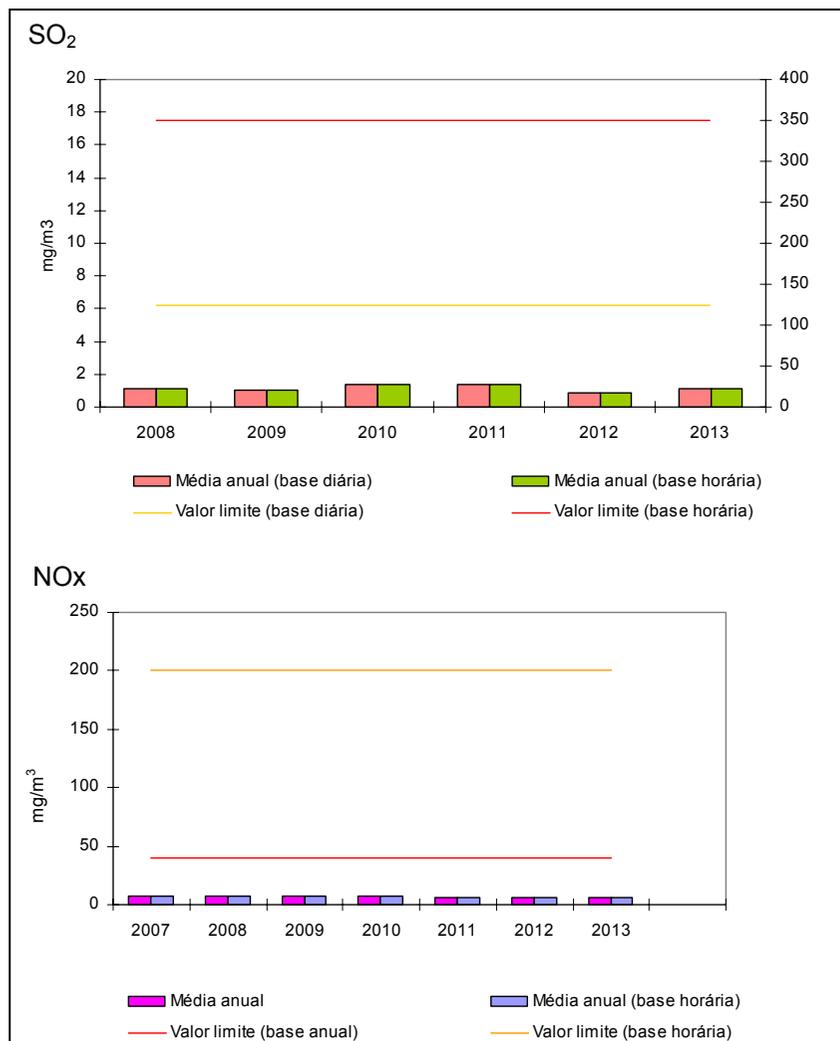
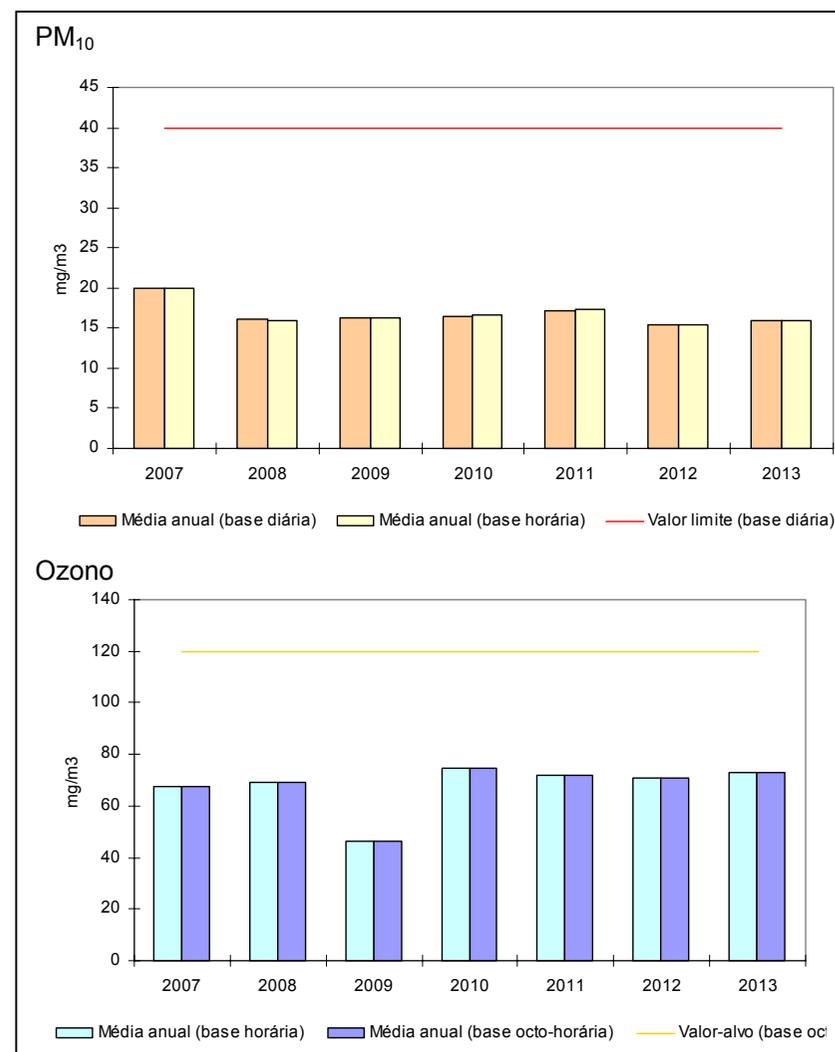


Figura 5.19 – Valores médios anuais de PM₁₀ e Ozono na estação da Chamusca



Desde 2005 que as emissões de CO₂ têm vindo a decrescer, tendo em 2011, e pela primeira vez, apresentado, face a 1990, uma evolução inferior à verificada para as emissões de gás metano. Por seu lado, as emissões de N₂O diminuíram a uma taxa média anual de 1,2%, tendência justificada pela redução do contributo do sector agrícola para as emissões dos GEE.

No sector agrícola, as emissões de GEE resultam, fundamentalmente, de três fontes sectoriais de emissão: fermentação entérica, solos agrícolas e gestão de efluentes. Os principais poluentes deste sector de atividade são o CH₄ e o N₂O, sendo o primeiro mais associado à fermentação entérica e gestão de efluentes e o segundo decorrente da aplicação de adubos azotados e do espalhamento de efluentes da pecuária no solo. De referir que, entre 1990 e 2009, apenas se verificou um aumento de emissões em termos de fermentação entérica e na cultura do arroz, uma vez que nas outras fontes ocorreu uma diminuição ou uma estabilização de emissões (Freitas, 2011).

O principal contributo para esta evolução veio do aumento significativo nas remoções de CO₂ pela floresta e da redução no balanço emissões/remoções nos solos agrícolas (culturas permanentes, culturas temporárias e pastagens). Estas alterações foram induzidas pela introdução de medidas de apoio à florestação e reflorestação e à promoção do sequestro de carbono em solos agrícolas (sementeira direta) e pastagens (instalação de pastagens permanentes biodiversas) (AgroGes, 2014).

Dentro do sector agrícola, o subsector pecuário é o maior responsável pelas emissões de GEE (57%, em 2009), sobretudo o conjunto bovinos (27,8%) e suínos (14,4%) (idem).

O Quadro 5.3 apresenta as emissões de poluentes ao nível do concelho da Chamusca, incluindo os GEE, segundo o inventário nacional referente a 2009. Inclui-se, igualmente, as emissões na NUT III Lezíria do Tejo, bem como no concelho de Lisboa e no Continente, a título de enquadramento.

Os valores apresentados, para além das emissões naturais, abrangem as fontes de combustão em centrais térmicas e na indústria, transportes, combustão comercial e residencial, emissões fugitivas, processos industriais, uso de solventes e de outros produtos, agricultura e gestão de resíduos.

Quadro 5.3 – Emissões de poluentes atmosféricos (t/km²)

Poluentes	Chamusca		Lezíria do Tejo		Lisboa		Continente	
	2007	2009	2007	2009	2007	2009	2007	2009
SO _x	0,1	0,142	0,2	0,229	12,5	13,826	1,9	0,884
NO _x	0,5	0,675	1,3	1,456	94,5	90,090	2,7	2,812
NH ₃	0,2	0,252	0,8	0,736	3,2	1,983	0,6	0,564
COVNM	3,8	16,864	7,3	10,816	105,8	77,986	7,6	6,690
CO	0,7	-	3,0	-	354,2	-	6,6	5,958
PM ₁₀	0,2	0,214	0,6	0,518	43,1	42,125	1,6	1,182167
Pb	0,0002	0,000	0,001	0,001	0,1	0,103	0,002	0,001867
Cd	0,000004	0,000	0,00001	0,000	0,0003	0,000	0,00006	0,000004
Hg	0,000004	0,000	0,00001	0,000	0,0004	0,000	0,00003	0,00003
CH ₄	0,8	0,876	4,0	4,059	245,7	251,355	4,9	5,1
CO ₂ Fóssil	101,2	109	256,1	237,877	19874,9	16125	677,3	607,882
N ₂ O	0,1	0,097	0,2	0,185	2,7	1,802	0,2	0,185

Fonte: APA – Emissões de poluentes atmosféricos por concelho 2009. Gases acidificantes e eutrofizantes, precursores de ozono, Partículas, Metais pesados, Gases com efeito de estufa.

De notar que no concelho da Chamusca as emissões mantiveram-se sensivelmente dentro da mesma ordem de grandeza entre 2007 e 2009, com pequenas alterações, de subida ou de descida. Exceção para o parâmetro COVNM, que, neste lapso de tempo, apresentou um aumento significativo, muito provavelmente relacionado com as fontes biogénicas existentes no concelho (extenso coberto vegetal) e com a ocorrência de fogos florestais, frequentes nesta área.

5.2.1.3 Sistemas de gestão

Os sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais do concelho da Chamusca são geridos pela empresa concessionária Águas do Ribatejo. Trata-se de um sistema intermunicipal, constituído pelos municípios de Almeirim, Alpiarça, Benavente, Chamusca, Coruche, Salvaterra de Magos e Torres Novas.

O Sistema Intermunicipal abrange uma população de cerca de 160 000 habitantes e tem como objetivos estratégicos, entre outros, aumentar a taxa de cobertura da população por rede de drenagem e ETAR dos 68% verificados em 2008 para aproximadamente 90% em 2015; duplicar a capacidade de armazenamento de água existente em 2008 em todo o sistema até 2015; reduzir as perdas de água dos cerca de 45% para os 20% a médio prazo; aumentar os níveis de eficiência na gestão do recurso água.

O investimento global previsto para os próximos 40 anos (incluindo substituições e reparações) é de 135 milhões de euros, que poderão ser comparticipados em 68% pelo Fundo de Coesão.

⇒ *Abastecimento de água*

No concelho da Chamusca, a água destinada a consumo humano é de origem subterrânea, sendo a extração feita a partir dos furos existentes, nomeadamente, 1 na Carregueira, 2 no Arripiado, 2 em Pinheiro Grande, 2 em Vale de Cavalos, 1 em Parreira, 1 no Chouto, 2 em Gaviãozinho, 2 em Ulme e 2 no Semideiro. O tratamento é feito por cloragem, existindo diversos sistemas de distribuição.

A taxa de cobertura da população servida por sistema público de abastecimento de água é de 100%.

No horizonte temporal 2009-2015 foram efetuadas obras de ampliação e substituição de rede e melhorias dos vários sistemas de abastecimento com novas captações, novos reservatórios e 45 km de condutas, correspondendo a um investimento total de cerca de 5 milhões de euros, considerados necessários para garantir a qualidade e a segurança no abastecimento às populações.

⇒ *Águas residuais*

No domínio do saneamento das águas residuais, o nível de atendimento da população com rede de drenagem de águas residuais era, em 2011, de 52% e com Estação de Tratamento de Águas Residuais de 54% (Anuário Estatístico da Região do Alentejo, INE, 2011).

Entretanto têm vindo a ser construídas infraestruturas de drenagem e tratamento que, presentemente, garantem uma cobertura no tratamento das águas residuais de mais de 90% da população do concelho (www.aguasdoribatejo.com).

Assim, à data, Chamusca conta com sete Estações de Tratamento de Águas Residuais, sendo que:

- As ETAR da Chamusca, Ulme, Carregueira/Pinheiro Grande, Vale de Cavalos estão em funcionamento;
- A ETAR do Semideiro está em fase de arranque;
- As ETAR de Chouto e de Parreira estão concluídas aguardando a conclusão de obras nas redes de drenagem respetivas para entrar em funcionamento.

⇒ ***Produção e gestão de resíduos***

A recolha dos resíduos sólidos, da responsabilidade da Câmara Municipal, é feita diariamente na vila da Chamusca e nos aglomerados principais e com uma periodicidade variável, em função do número de residentes, nas restantes sedes de freguesia e localidades.

A componente em alta da gestão de resíduos é da responsabilidade da empresa concessionária RESITEJO.

A atividade da RESITEJO abrange a recolha seletiva e valorização de resíduos, dispondo, para o efeito, de um ecocentro e de 62 ecopontos dispersos pelas freguesias do concelho, sendo o rácio de ecoponto por habitante de aproximadamente 1/177.

A recolha seletiva das diversas fileiras de resíduos (papel/cartão, vidro e embalagens) tem frequência semanal para o papel/cartão e embalagens e quinzenal para o vidro.

Para além destas valências, a RESITEJO dispõe de uma unidade de tratamento mecânico e biológico para valorização orgânica dos RSU. A fração dos resíduos não passível de reciclagem/valorização é depositada no aterro sanitário da RESITEJO.

Na área dos resíduos não urbanos (perigosos e não perigosos), o concelho está dotado de excelentes infraestruturas, dispondo de um aterro para resíduos industriais não perigosos (RIBTEJO) e de dois centros de tratamento de resíduos industriais perigosos (CIRVER Ecodeal e Cisav).

Neste domínio, acresce ainda referir a existência do Eco-Parque do Relvão, onde estão implantadas diversas empresas que operam no sector da reciclagem, valorização e tratamento de resíduos.

5.2.2 Análise de tendências

Abaixo apresenta-se a análise SWOT para o FCD Qualidade Ambiental, de acordo com os critérios selecionados.

Água

<i>Aspetos quantitativos dos recursos hídricos</i>	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
Na generalidade, os recursos hídricos subterrâneos e superficiais são suficientes para satisfazer os consumos atuais	<p>Verifica-se, ainda, uma baixa eficiência de utilização do recurso água, com perdas elevadas, quer nos sistemas urbanos, quer, principalmente, nos sistemas agrícolas.</p> <p>Capacidade de armazenamento deficiente para suprir todas as necessidades</p>
Oportunidades	Ameaças
-	<p>Dependência dos caudais com origem em Espanha, que têm vindo a diminuir por efeito do aumento dos usos de água, associado ao aumento da capacidade de armazenamento nas albufeiras espanholas</p> <p>Efeitos das alterações climáticas sobre os recursos. O esperado aumento da temperatura, acompanhado da redução da precipitação anual média e do escoamento terá impactos significativos nos recursos hídricos, designadamente: diminuição das disponibilidades hídricas, aumento dos eventos meteorológicos extremos, degradação da qualidade da água e aumento dos consumos de água. Relativamente ao efeito destas alterações nas águas subterrâneas, admite-se que a redistribuição da precipitação ao longo do ano, com maior número de períodos de precipitação intensa, dará origem previsivelmente a uma diminuição da infiltração da água e recarga das MA, com conseqüente descida dos níveis piezométricos, principalmente nos aquíferos livres, mais expostos à recarga direta.</p>
<i>Aspetos qualitativos dos recursos hídricos</i>	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
-	<ul style="list-style-type: none"> • Águas enriquecidas por nitratos e fósforo Em alguns locais, por exemplo nas sub-bacias Rio Sorraia, Rio Maior e Estuário, verificam-se sinais de contaminação dos recursos hídricos por nitratos e fósforo, geralmente associados a fontes antropogénicas, nomeadamente com origem no sector urbano, agropecuário e agrícola. • Poluição microbiológica. Verificam-se alguns problemas de contaminação microbiológica dos recursos hídricos, essencialmente devido a contaminação de origem fecal e agrícola. Evidenciam-se as zonas sensíveis Tejo/Vala de Alpiarça, Trancão, Lagoa de Albufeira e Estuário do Tejo, as quais foram designadas devido a incumprimentos ao nível da <i>Escherichia coli</i>. • Poluição orgânica. Verificam-se problemas de contaminação orgânica, particularmente devido à inexistência ou ineficiência dos sistemas de tratamento de águas residuais urbanas, como no caso da sub-bacia Rio Zêzere, bem como à inexistência de sistemas de tratamento apropriados de águas residuais provenientes da atividade agropecuária, como no caso da sub-bacia Rio Trancão. • Poluição com nitratos. Existem seis MA subterrâneas em que se verificam concentrações de nitratos superiores à NQA, designadamente Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Tejo, Ourém, Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda, Monforte-Alter do Chão, Estremoz-Cano e Aluviões do Tejo. Este parâmetro é um dos responsáveis pelo estado mediocre das três últimas MA referidas, encontrando-se esta poluição associada a fontes antropogénicas, nomeadamente com origem no sector urbano, agropecuário e agrícola.

Água (cont.)

<i>Aspetos qualitativos dos recursos hídricos (cont)</i>	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
	<ul style="list-style-type: none"> • Poluição com substâncias perigosas e com substâncias prioritárias nas águas superficiais. Os dados disponíveis indicam alguns problemas de poluição por substâncias prioritárias e outras substâncias perigosas. De entre as fontes potencialmente emissoras de substâncias perigosas e outras substâncias prioritárias destacam-se alguns sectores industriais, estações de tratamento de águas residuais urbanas e aterros, bem como algumas minas abandonadas. Destaca-se a massa de água Albufeira de Póvoa e Meadas, na sub-bacia Ribeira de Nisa, com estado químico insuficiente devido à presença do tributilestanho.
Oportunidades	Ameaças
<p>Espera-se uma evolução positiva na qualidade das massas de água superficial e subterrânea, na sequência dos investimentos que têm sido feitos a nível do saneamento básico na esfera da influência geográfica do sistema de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais dos Municípios da Lezíria do Tejo, e, ainda, das medidas que estão previstas no quadro da implementação da DQA no território nacional para cumprimento da meta de alcançar o Bom estado em todas as massas de água.</p>	<p>Dada a localização geográfica as aflúncias provenientes de Espanha influenciam a qualidade dos recursos hídricos no troço principal do Tejo</p>

Ar

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Índice de qualidade do ar e dados de qualidade do ar indicam um estado satisfatório, com cumprimento dos valores máximos definidos na legislação aplicável	Níveis de ozono troposférico com excedências acima do permitido
Oportunidades	Ameaças
-	Fogos florestais com dimensão relevante concorrem para os comparativamente elevados níveis de emissão de COV NM e, conseqüentemente, para a formação de ozono troposférico.

Sistemas de gestão

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<p>Níveis de atendimento no concelho da Chamusca presentemente elevados: 100% com abastecimento de água; e 90% com drenagem e tratamento de águas residuais; 100% com recolha e deposição de RU.</p> <p>Existência de infraestruturas para a reciclagem e valorização orgânica dos RU</p> <p>Existência de infraestruturas para o tratamento/valorização/deposição dos RIP e RINP</p>	<p>Povoamento difuso, agravando e onerando o funcionamento dos sistemas de abastecimento, saneamento e gestão de resíduos</p>
Oportunidades	Ameaças
-	-

5.3 Desenvolvimento Económico e Social

O FCD Desenvolvimento Económico e Social avalia a capacidade da Proposta de Alteração de promover o desenvolvimento económico local e regional, através do estímulo de iniciativas de agentes económicos orientados para a melhoria da competitividade territorial, ambiental e de valorização de recursos endógenos.

No domínio social, avalia-se a capacidade da XIII.^a Proposta de Alteração de promover a criação de emprego e a qualificação dos recursos humanos na região.

5.3.1 Situação atual

Seguidamente apresenta-se a caracterização económica e social do concelho da Chamusca, tendo em consideração os indicadores e critérios selecionados para este FCD. Sempre que considerado relevante para a análise, estende-se a área geográfica de análise à sub-região e região onde se insere o concelho da Chamusca.

⇒ *Coesão social*

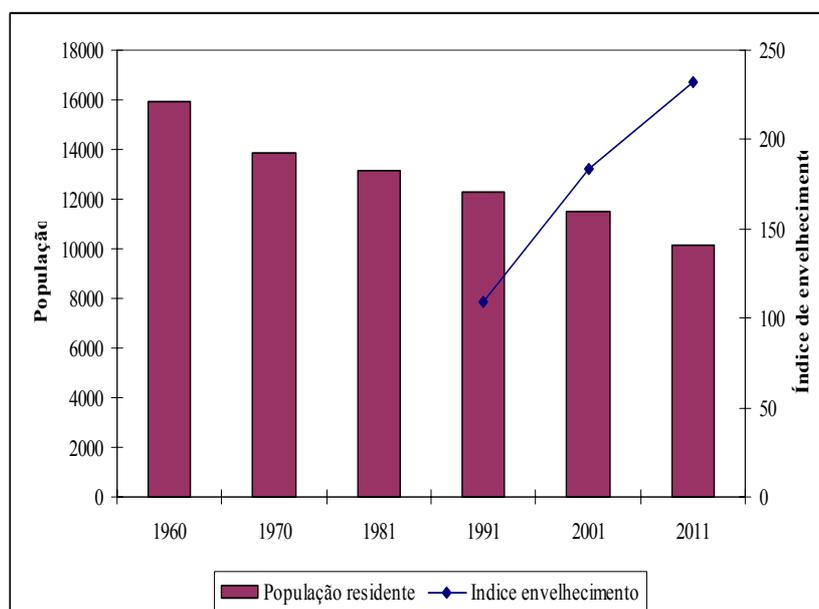
O concelho da Chamusca tem uma população de 10 120 habitantes, distribuídos por 5 freguesias, após a reorganização administrativa do território ocorrida em 2013, expressa na Lei n.º 11-A/2013 de 28 de Janeiro (Carregueira, Ulme, Vale de Cavalos, União das Freguesias de Chamusca e Pinheiro Grande e União das Freguesias de Parreira e Chouto), com uma superfície total de cerca de 746 km² (INE - Censos 2011).

A extensão do território concelhio, que engloba uma vasta área de charneca de ocupação predominantemente florestal, induz um povoamento esparsa, traduzido pela reduzida densidade populacional média de 13,6 habitantes/km², valor inferior ao registado no Alentejo em 2011 (24,1 habitantes/km²) e muito inferior ao valor médio no continente, na mesma data, que foi de 113,1 habitantes/km².

A evolução populacional no concelho é caracterizada por perdas significativas de habitantes a partir de 1950 e que se têm mantido nas décadas subsequentes, como se ilustra na Figura 5.20.

Este comportamento demográfico, único entre os municípios que constituem a Lezíria do Tejo, resultou da baixa taxa de natalidade e dos saldos migratórios negativos ocorrentes nas últimas décadas, atenuados nas décadas de 80 e 90, mas que ganharam novamente uma expressão preocupante neste último período intercensitário.

Figura 5.20 – Evolução da população e do índice de envelhecimento no concelho da Chamusca



O Quadro 5.4 regista os dados da população e da densidade populacional do concelho da Chamusca, entre 1991 e 2011, assim como na NUTSIII – Lezíria do Tejo, NUTSII – Alentejo e no Continente.

Quadro 5.4 – População e densidade populacional no concelho da Chamusca

Unidade Territorial	População Residente					Área (km ²)	Hab./km ² em 2011
	1991	2001	2011	Variação 1991/2001 %	Variação 2001/2011 %		
Carregueira	2 308	2 295	2020	-0,6	-12,0	98,8	20,4
Chamusca	3 869	3 659	3360	-5,4	-8,2	29,5	113,9
Chouto	945	715	577	-24,3	-19,3	205,7	2,8
Parreira	1 064	1 014	915	-4,7	-9,8	133,1	6,9
Pinheiro Grande	1 114	1 051	939	-5,6	-10,7	37,5	25,0
Ulme	1 635	1 502	1277	-8,2	-15,0	121,9	10,5
Vale de Cavalos	1 347	1 256	1032	-6,8	-17,8	119,5	8,6
Chamusca (concelho)	12 282	11 492	10 120	-6,4	-11,9	746,0	13,6
Lezíria do Tejo	232 969	240 832	247 449	3,4	2,7	4 271,9	57,9
Alentejo	543 442	776 585	757 190	42,9	-2,5	31 483,6	24,1
Continente	9 373 319	9 869 343	10 047 083	5,3	1,8	88 796,7	113,1

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População

Em relação à estrutura etária da população do concelho da Chamusca, cuja evolução em termos percentuais se apresenta no Quadro 5.5, verifica-se uma redução da população jovem (0-14 e 15-24) e um aumento populacional nas restantes faixas etárias, em particular no grupo de 65 e mais anos.

Quadro 5.5 – Evolução da estrutura etária do concelho da Chamusca

Zona Geográfica	0-14 anos (%)			15-24 anos (%)			25-64 anos (%)			65 e mais (%)		
	1991	2001	2011	1991	2001	2011	1991	2001	2011	1991	2001	2011
Chamusca	17,3	12,5	11,6	12,9	12,9	9,3	51,3	51,6	52,2	18,5	23,0	26,8
Lezíria do Tejo	17,6	14,1	14,7	14,4	13,1	10,0	9,6	53,0	54,7	53,7	19,8	22,0
Continente	19,7	15,8	14,8	16,3	14,2	11,0	10,7	53,5	55,9	55,2	16,5	19,3

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População

De um modo geral, a quebra da taxa de natalidade, associada ao aumento da esperança de vida, tem contribuído para o envelhecimento geral da população.

Os indicadores demográficos, apresentados no Quadro 5.6, traduzem o duplo envelhecimento da população, na base e no topo da pirâmide etária, que, no concelho da Chamusca, assumem uma expressão particularmente significativa, comparativamente às divisões administrativas de referência.

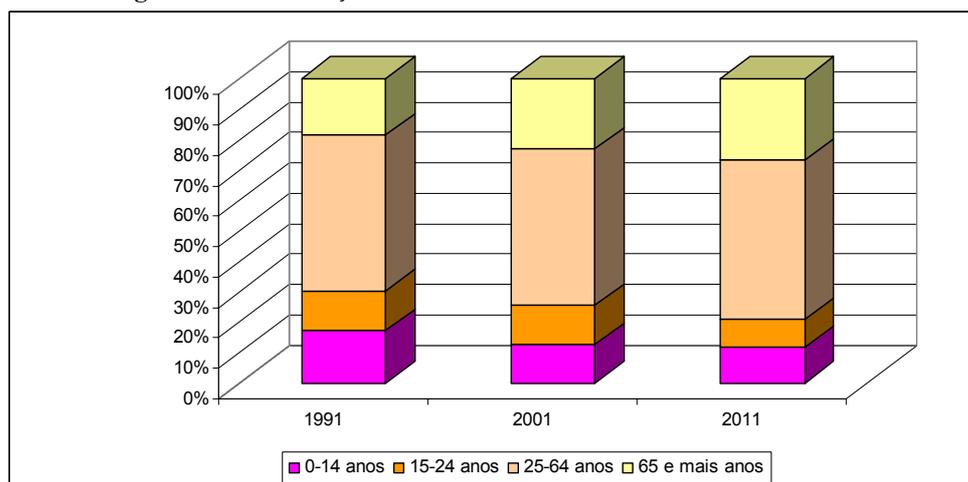
Quadro 5.6 – Indicadores demográficos do concelho da Chamusca, em 2011

Zona Geográfica	Taxa de crescimento natural (%)	Taxa de crescimento efetivo (%)	Taxa Bruta de Natalidade (‰)	Taxa Bruta de Mortalidade (‰)	Índice de envelhecimento
Chamusca	-0,99	-1,04	6,3	16,2	236
Lezíria do Tejo	-0,39	-0,26	8,0	11,9	152
Continente	-0,17	-0,54	8,5	10,3	134

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região do Alentejo, 2012

Assim, verifica-se que o índice de envelhecimento da população do concelho da Chamusca (quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos) é quase o dobro do valor médio do Continente. Esta situação, que resulta do contínuo decréscimo da taxa de natalidade, também associada à emigração e à desertificação demográfica, da redução da taxa de mortalidade e do aumento da esperança média de vida, tem vindo a agravar-se de forma notória nos últimos decénios, como ilustra a Figura 5.21.

Figura 5.21 – Evolução da estrutura etária do concelho da Chamusca



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População

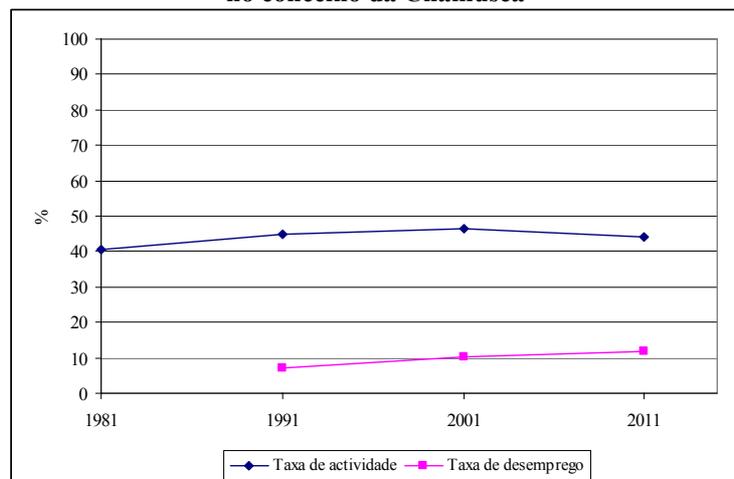
Efetivamente, em 2005, o Ministério do Trabalho e Segurança Social referenciou o concelho da Chamusca como uma região em “morte social, resultante de um elevado índice de envelhecimento, densidade populacional baixa, decréscimo do emprego e aumento do isolamento face à erosão de certos negócios e serviços comunitários” e sugeriu “a aposta em áreas de inovação, como modo de revitalizar o tecido económico local e alavancar a competitividade regional”.

A evolução expectável do concelho tenderá no sentido da redução populacional e no agravamento dos indicadores demográficos anteriormente apresentados, a menos que essa tendência seja invertida através do desenvolvimento de atividades económicas, que promovam a fixação da população e criem condições económicas e de empregabilidade favoráveis ao desenvolvimento demográfico.

⇒ ***Coesão económica***

A população ativa no concelho da Chamusca experimentou uma evolução positiva entre 1981 e 2001, tendo sofrido uma quebra no último período intercensitário (Figura 5.22).

Figura 5.22 – Evolução da taxa de atividade e da taxa de desemprego no concelho da Chamusca



Fonte: INE

A população ativa do concelho da Chamusca, em 2011, representava cerca de 44,2% da população residente, valor próximo do registado em 1991 (44,7%) e inferior ao de 2001 (46,5%). Trata-se de valores inferiores aos observados na Lezíria do Tejo e no Alentejo (Quadro 5.7)

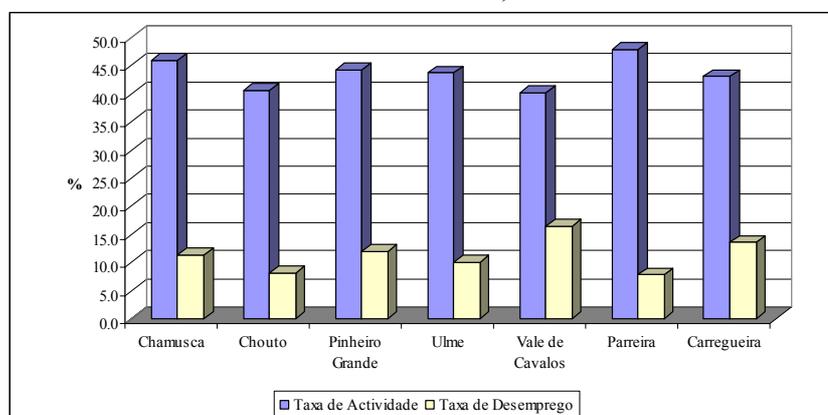
Quadro 5.7 – Taxa de atividade

Zona geográfica	Taxa de Atividade (%)		
	1991	2001	2011
Chamusca	44,7	46,5	44,2
Lezíria do Tejo	44,3	48,1	46,6
Alentejo	42,0	45,4	45,3
Continente	44,9	48,4	47,6

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1991, 2001, 2011

Em 2011, as taxas de atividade mais elevadas verificaram-se nas freguesias de Parreira e Chamusca, sendo na Parreira onde também se registou uma das menores taxas de desemprego do concelho, depois do Chouto (Figura 5.23).

Figura 5.23 – Taxa de desemprego e taxa de atividade nas freguesias do concelho da Chamusca, em 2011

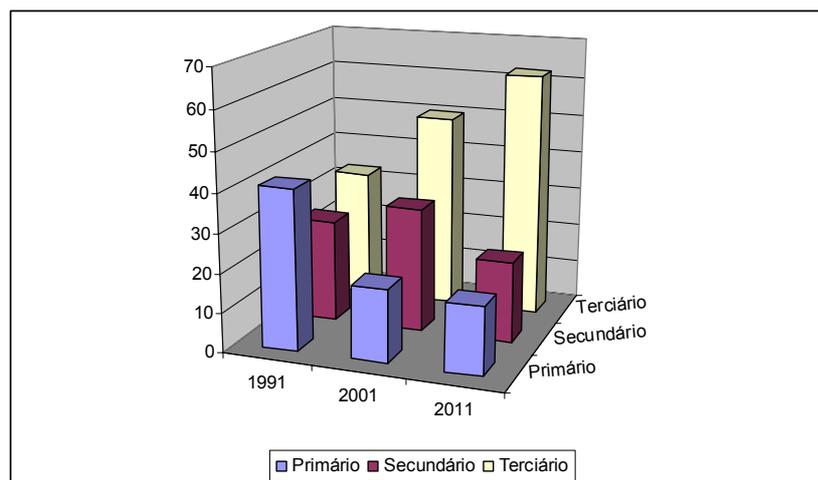


Fonte: INE

Em termos sectoriais, a evolução da população ativa em geral, desde 1960, tem sido marcada pela perda de ativos no sector primário e por um reforço significativo das restantes áreas de atividade, sobretudo do sector terciário.

A Figura 5.24 representa a evolução da repartição da população empregada do concelho da Chamusca pelos sectores de atividade, entre 1991 e 2011, indicando-se no Quadro 5.8 os respetivos valores percentuais.

Figura 5.24 – Repartição da população empregada por sector de atividade no concelho da Chamusca em 1991, 2001 e 2011



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População

Comparativamente à sub-região Lezíria do Tejo e região do Alentejo, constata-se uma maior afetação de ativos ao sector primário no concelho da Chamusca, o que evidencia uma ainda importante ruralidade da área, não obstante os ganhos significativos do sector terciário.

Quadro 5.8 – Perfil sectorial da população empregada no concelho da Chamusca (%)

Zona Geográfica	Primário		Secundário		Terciário	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Chamusca	18,2	17,2	33,8	20,4	48,0	62,4
Lezíria do Tejo	10,0	7,8	31,8	22,1	58,2	70,0
Alentejo	12,0	10,5	27,9	19,4	60,1	70,2
Continente	4,8	3,2	35,5	25,3	59,7	71,5

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População

A população empregada do concelho da Chamusca, em 2011, era constituída por 3954 pessoas, das quais 2160 homens e 1794 mulheres, para uma população ativa de 4474 indivíduos. Em 2001, a população empregada no concelho da Chamusca era de 4795 pessoas.

Em termos globais, a taxa de desemprego no concelho da Chamusca tem evoluído desfavoravelmente, de um valor de 7,1%, em 1991, para 10,1%, em 2001, registando atualmente (2011) um valor de 11,6%, em consonância com o perfil de evolução que se tem verificado no país.

O desemprego feminino atingia 10,0% da população ativa e o desemprego masculino cerca de 12,5%, contrariamente ao que se verificou na NUTSIII – Lezíria do Tejo, em que a taxa de desemprego feminino era superior à taxa de desemprego masculino (13,1% contra 12,3%).

Os desempregados à procura de novo emprego representavam cerca de 88,3% do total de desempregados (na Lezíria do Tejo, esse valor era de 85,9%).

No Quadro 5.9 apresentam-se indicadores relevantes para a apreensão da situação ao nível da atividade e emprego no concelho da Chamusca e suas freguesias, à data dos Censos de 2011. Para efeitos comparativos, apresentam-se os correspondentes valores para a sub-região Lezíria do Tejo, região do Alentejo e Continente.

Quadro 5.9 – Indicadores de emprego em 2011

	População residente	População ativa	População empregada	População Desempregada	Taxa de Atividade (%)	Taxa de desemprego (%)
Carregueira	2 020	869	751	118	43,02	13,58
Chamusca	3 360	1 545	1 370	175	45,98	11,33
Chouto	577	234	215	19	40,55	8,12
Parreira	915	438	404	34	47,87	7,76
Pinheiro Grande	939	416	366	50	44,30	11,90
Ulme	1 277	558	502	56	43,70	10,04
Vale de Cavalos	1 032	414	346	68	40,12	16,43
Chamusca	10 120	4 474	3 954	520	44,21	11,62
Lezíria do Tejo	247 449	115 208	10 0637	14 571	46,56	12,65
Alentejo	757 190	342 654	298 691	43 963	45,25	12,83
Continente	10 047 083	4 780 963	4 150 252	630 711	47,58	13,19

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região do Alentejo, 2012

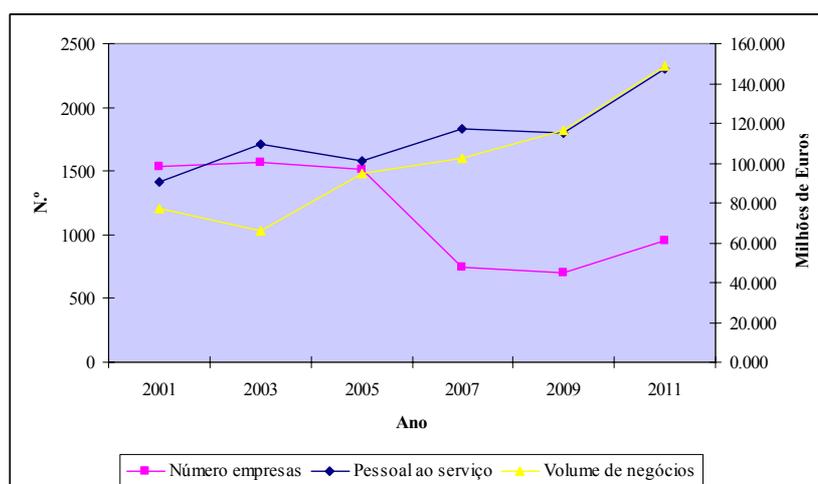
⇒ *Dinâmica da atividade económica*

Indicadores económicos

Segundo o Anuário Estatístico da Região do Alentejo, em 2012 existiam 958 empresas sedeadas no concelho da Chamusca que empregavam 2 298 pessoas e geraram um volume de negócios de 176,6 milhões de euros e um VAB de cerca de 48 milhões de euros.

Relativamente a 2001, registou-se um decréscimo do número de empresas no concelho, mas em contrapartida o número de empregados e o VAB aumentaram consideravelmente, como se evidencia graficamente na Figura 5.25, que mostra a evolução dos indicadores económicos do concelho da Chamusca.

Figura 5.25 – Evolução indicadores económicos no concelho da Chamusca



Nota: volume de negócios a preços constantes de 2002

Das empresas sedeadas no concelho da Chamusca em 2012, 23,5% pertencem ao sector primário, 19,9% ao sector secundário e 56,6% ao sector terciário (veja-se Quadro 5.10).

O volume de negócios no concelho da Chamusca cresceu, em termos reais, 92% entre 2001 e 2011 e, relativamente a 2009, verificou-se um aumento de 27%, semelhante ao acréscimo que se verificou no VAB municipal (29%).

O ramo de atividade que maior VAB gerou, no concelho da Chamusca, foi a “Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição”, correspondente a cerca de 31% do VAB total. A este ramo estão afetas 9 empresas que empregam 115 pessoas, ou seja, cerca de 6% da população empregada no concelho.

Em conjunto com a indústria transformadora, estes dois ramos de atividade são responsáveis por cerca de 43% da riqueza produzida no município e pela criação de 362 postos de trabalho, o que representa 16% da população empregada no concelho da Chamusca.

Em 2001, a representação da indústria transformadora no concelho era incipiente, com 3 empresas registadas, sem pessoal ao serviço e VAB nulo. As atividades em gestão ambiental eram inexistentes, sendo o sector secundário representado, essencialmente, por empresas ligadas à construção civil.

A evolução do perfil das atividades económicas (Figuras 5.26 e 5.27) ilustra bem a estratégia delineada pela Câmara Municipal da Chamusca para o desenvolvimento económico e social do concelho, assente na dinamização do sector industrial, como complemento e fator de equilíbrio da estrutura produtiva concelhia, pelo seu elevado potencial de criação de emprego, fixação de população, qualificação de recursos humanos e geração de riqueza.

Quadro 5.10 – Empresas sedeadas no concelho da Chamusca, em 2011 por CAE (Rev. 3)

	Sectores de Atividade	N.º Empresas	Pessoal ao serviço	Volume de negócios (milhares de Euros)	Valor Acrescentado Bruto (milhares de Euros)
Primário	A – Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	220	616	30 932	8 857
	B – Indústrias extrativas	5	-	-	...
Secundário	C – Industrias transformadoras	70	247	21 024	5 607
	D – Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	1	-	-	-
	E – Capt./trat./distribuição água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	9	115	27 941	14 012
	F – Construção	111	338	8 688	3 740
Terciário	G – Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos auto e motociclos	198	393	68 467	5 752
	H – Transportes e armazenagem	24	60	3 364	1 164
	I – Alojamento, restauração e similares	70	105	3 546	1 501
	J – Atividades de informação e de comunicação	9	30	2 315	901
	K – Atividades financeiras e de seguros	-	-	-	-
	L – Atividades imobiliárias	7	8	1 506	280
	M – Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	42	66	1 513	860
	N – Atividades administrativas e dos serviços de apoio	60	112	2 995	1 267
	O – Administração Pública e Defesa; Segurança Social obrigatória	-	-	-	-
	P – Educação	38	39	293	232
	Q – Atividades de saúde humana e apoio social	28	38	1 028	616
	R – Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	23	23	161	77
	S – Outras atividades de serviços	43	79	1 056	189
Total		958	2 298	176 584	45 745

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região do Alentejo, 2012

Nota: O “N.º de empresas” inclui os empresários em nome individual

Figura 5.26 – Perfil sectorial das empresas no concelho da Chamusca

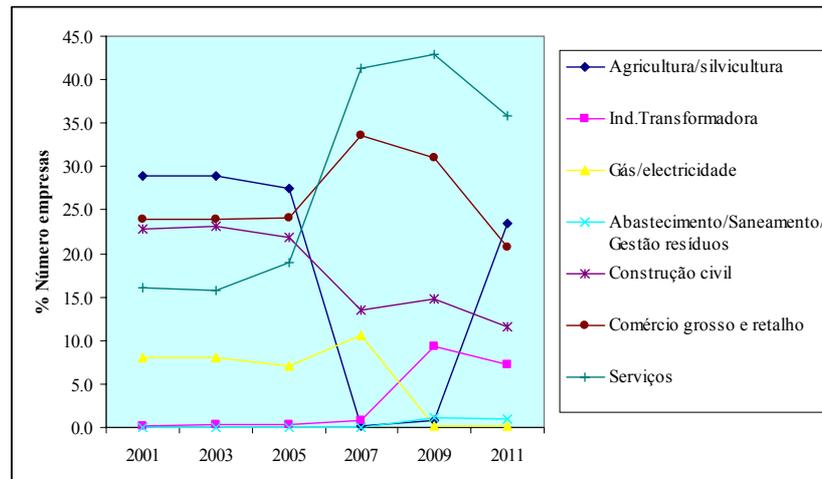
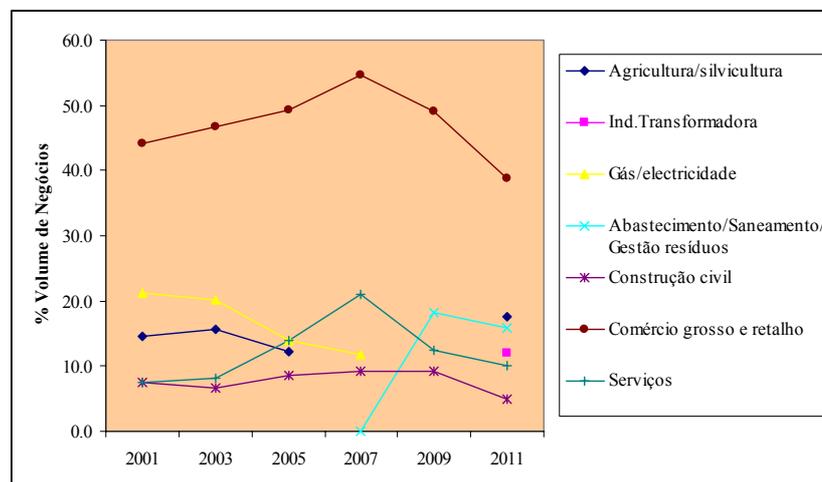


Figura 5.27 – Perfil sectorial do volume de negócios no concelho da Chamusca



Atividade agrícola e florestal

Como já referido, o concelho da Chamusca é constituído pela "charneca", que corresponde ao planalto interior, e pelo "campo", planície aluvionar adjacente ao rio Tejo, cujos limites correspondem, aproximadamente, à zona de máxima cheia, que se estende desde as margens do rio até à EN118.

O “campo” ocupa cerca de 7% da área total do concelho (5 273 ha) e, dada a elevada capacidade de uso do solo, concentra a maior parte da produção agrícola, nomeadamente vinha e culturas de regadio da primavera. Na “charneca”, que ocupa cerca de 92% da área total do concelho (correspondente a 68 232 ha), domina a ocupação florestal de montado de sobro e de eucalipto, sendo os vales largos das ribeiras ocupados por arrozais e, perto das povoações, por culturas hortofrutícolas.

A dimensão das explorações agrícolas é claramente diferenciada no “campo”, onde predominam as pequenas e médias explorações, e na “charneca”, quase exclusivamente ocupada por explorações de grande dimensão, em regra, com áreas superiores a 100 ha.

De acordo com os dados do Anuário Estatístico da Região do Alentejo (INE, 2011), o concelho da Chamusca tem uma Superfície Agrícola Utilizada (SAU) total de cerca de 32 239 ha, distribuída por 558 explorações, preponderantemente em conta própria, com SAU média de 57,8 ha. As explorações agrícolas têm, maioritariamente (60%), classes de SAU entre 1 ha e 20 ha, sendo que cerca de 10% das explorações têm SAU igual ou superior a 100 ha.

A SAU encontra-se ocupada, principalmente, por prados e pastagens permanentes e, em menor extensão, por culturas permanentes. Contam-se 106 explorações agrícolas com prados e pastagens permanentes, sendo que destas quase 40% têm área superior a 100 ha.

As terras aráveis ocupam cerca de 27% da SAU, onde pontuam o milho, o arroz e os cereais de sequeiro, merecendo ainda referência as culturas hortícolas, em particular o tomate. Nas culturas permanentes domina a vinha, o olival, os citrinos e os frutos frescos, com destaque para o pêsego.

Em 2011 estavam contabilizadas 220 empresas afetas aos sectores agrícola e silvícola que empregaram 789 indivíduos e geraram um volume de negócios de 30,9 milhões de euros, valores estes que representam, em relação aos totais apurados para o concelho da Chamusca, 23%, 18% e 27%, respetivamente.

Os responsáveis das explorações agrícolas são maioritariamente produtores singulares, utilizando principalmente mão-de-obra familiar e a tempo parcial.

A produção florestal constitui uma das principais atividades do concelho e tem-se caracterizado, nos últimos anos, pela difusão do eucalipto, em detrimento do montado de sobro, do olival, do pinhal e de algumas searas. Atualmente, uma parte significativa do território concelhio está integrada em ZIF - Zonas de Intervenção Florestal, constituídas em 2008, geridas pela ACHAR - Associação dos Agricultores da Charneca.

O efetivo animal nas explorações é, fundamentalmente, de natureza avícola e ovina (84 e 77 explorações, respetivamente), concentradas nas freguesias de Chouto, Parreira, Ulme e Vale de Cavalos (Recenseamento Agrícola, INE, 2009).

Os efetivos bovinos surgem em terceiro lugar (32 explorações com efetivo bovino médio de 201 animais por exploração), com preponderância na freguesia de Vale de Cavalos.

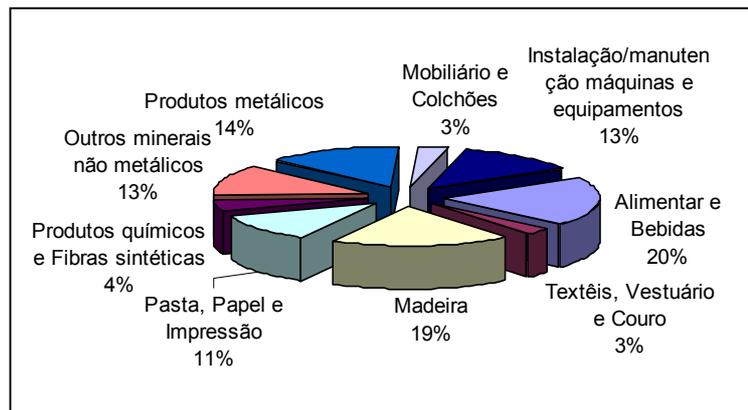
O efetivo suíno, à data dos censos, era pouco relevante no cômputo total (8 explorações agrícolas com efetivo total de 21 animais, porcos de engorda, fundamentalmente).

Indústria Transformadora

Em 2011, o número de unidades da indústria transformadora sedeadas no concelho da Chamusca representou cerca de 7,3% (70 empresas) do universo empresarial chamusquense (958 empresas), que geraram um volume de negócios de 21,0 milhões de euros, cerca de 12% do total produzido no concelho, e empregaram 247 trabalhadores dos 2 298 afetos ao sector empresarial (cerca de 11%).

A Figura 5.28 apresenta o perfil da indústria transformadora do concelho, evidenciando-se o predomínio das indústrias agroalimentares associadas à transformação de produtos agrícolas (arroz, trigo, milho, vinha e tomate), das atividades associadas à fileira florestal, com destaque para a Indústria do Papel (embalagens) e para a Indústria da Madeira (serração, carpintaria, mobiliário) e Cortiça (preparação), e, por último, da fabricação de produtos metálicos.

Figura 5.28 – Distribuição do número de empresas da indústria transformadora no concelho da Chamusca, 2011



Fonte: Anuário Estatístico da Região do Alentejo, 2012

O volume de emprego na atividade agroindustrial no concelho da Chamusca em 2012 representou 19% do pessoal ao serviço nas empresas da indústria transformadora. Este pessoal encontrava-se ao serviço de 11 empresas da Indústria Alimentar e das Bebidas (14% do total). O volume de negócios gerado por este ramo de atividade foi, no mesmo ano de 6 956 milhares de euros, representando 32% do total da indústria transformadora.

As empresas industriais concentram-se, fundamentalmente, em zonas industriais (ZI) de iniciativa autárquica, designadamente ZI de Ulme, ZI da Chamusca, ZI do Chouto e ZI de Parreira.

A construção civil também desempenha um papel significativo na atividade económica do concelho, tendo sido contabilizadas, em 2011, 111 empresas, que empregavam 338 trabalhadores e geraram um volume de negócios de 8,7 milhões de euros.

As atividades pertencentes ao ramo da gestão de resíduos têm um peso relevante na economia do concelho, com 115 trabalhadores afetos a 9 empresas, que geraram um volume de negócios de cerca de 28 milhões de euros, no mesmo período. Este ramo de atividade, com apenas 9 empresas, é o maior contribuinte para o VAB municipal, sendo terceiro em termos do volume de negócios gerado.

5.3.2 Análise de tendências

Abaixo está descrita a análise SWOT para o FCD Desenvolvimento Económico e Social.

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> Indicadores económicos, como n.º de empregados, volume de negócios e VAB, com evolução positiva no último período intercensitário. Evolução do perfil sectorial da atividade económica com aumento do peso de sectores geradores de riqueza e emprego, como a indústria transformadora e as atividades de gestão de resíduos 	<ul style="list-style-type: none"> Perda continuada de efetivos populacionais Aumento expressivo do índice de envelhecimento Diminuição da taxa de natalidade Nível médio de qualificação da população baixo
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> Criação e dinamização de <i>clusters</i> assentes nas especificidades territoriais Cultura e tradições 	<ul style="list-style-type: none"> Crise financeira global com aumento do desemprego

5.4 Dinâmica Territorial

5.4.1 Situação atual

⇒ *Evolução do uso do solo. Solo rural vs. Solo urbano*

O solo é um recurso finito, limitado e não renovável face às taxas de degradação potencialmente rápidas e às suas taxas de formação e regeneração extremamente lentas. A formação de uma camada de solo de 30 cm leva 1000 a 10000 anos a estar completa (Haberli *et al.*, 1991).

Sendo um recurso natural finito, as políticas de solos devem prever medidas de conservação e de salvaguarda que impeçam a degradação das suas características, assim como ações que promovam um mais correto aproveitamento das suas potencialidades e que garantam o respeito pelas suas funções básicas: i) produção primária e funções complementares; ii) conservação e valorização da biodiversidade e de recursos e valores naturais, ambientais, paisagísticos e culturais; iii) serviços dos ecossistemas, tais como formação e proteção do solo, regulação da qualidade e quantidade de água, sequestro de carbono e regulação do clima.

No quadro normativo em vigor, destaca-se o Decreto Regulamentar n.º 11/2009, de 29 de Maio, que no artigo 13.º define a qualificação do solo rural em função do seu aproveitamento sustentável para a: produção agrícola, pecuária e florestal, exploração de recursos geológicos, produção de energias renováveis, conservação de recursos e valores naturais, culturais, paisagísticos, entre outras funções compatíveis com estes espaços.

Com exceção do centro concelhio da Chamusca, dos centros de 2.^a, 3.^a e 4.^a ordens e dos espaços industriais, a restante área do concelho, que é a parte substancial, insere-se em espaço rural. De acordo com INE (2013), cerca de 99% do território está ocupado com usos afetos ao aproveitamento agrícola, pecuário e florestal ou de recursos geológicos, a espaços naturais de proteção ou de lazer ou a outros tipos de ocupação humana que não lhe conferem o estatuto de solo urbano.

No concelho, distingue-se a zona de Lezíria, onde os solos são de boa fertilidade e de grande aptidão agrícola. A zona de transição está representada pelos vales das linhas de água que descem do planalto miocénico em direção ao Tejo. No planalto, os solos são mais pobres e com pouca capacidade produtiva e representam a maior parcela do território chamusquense (cerca de 92% da área total do concelho, correspondente a 68 232 ha), estando ocupados maioritariamente por espécies florestais.

As três espécies mais significativas no concelho são o sobreiro, pinheiro e eucalipto, sendo o primeiro o que maior área ocupa, embora de forma dispersa. As áreas de pinheiro e eucalipto encontram-se em maior escala na zona setentrional do concelho.

A ocupação humana no território é bastante difusa, sendo a densidade populacional média do concelho, de acordo com os dados dos Censos de 2011, de 13,6 hab./km², com um valor máximo na sede do concelho (113,9 hab./km²) e um valor mínimo na freguesia de Chouto (2,8 hab./km²).

Com exceção dos centros urbanos da Chamusca e Carregueira, a população distribui-se por lugares de reduzida dimensão, inferiores a 1000 habitantes, em grande parte inferiores a 500 habitantes. Por seu lado, cerca de um terço da população total reside na freguesia da Chamusca, sede do concelho que, em conjunto com a freguesia de Carregueira, detém metade da população concelhia.

Os espaços urbanos localizam-se, de uma forma geral, nas áreas baixas do concelho, junto ao rio Tejo e nas zonas de lezíria. À medida que se avança em direção ao planalto Miocénico, o povoamento torna-se esparso, sustentando-se em pequenos aglomerados ou habitações isoladas.

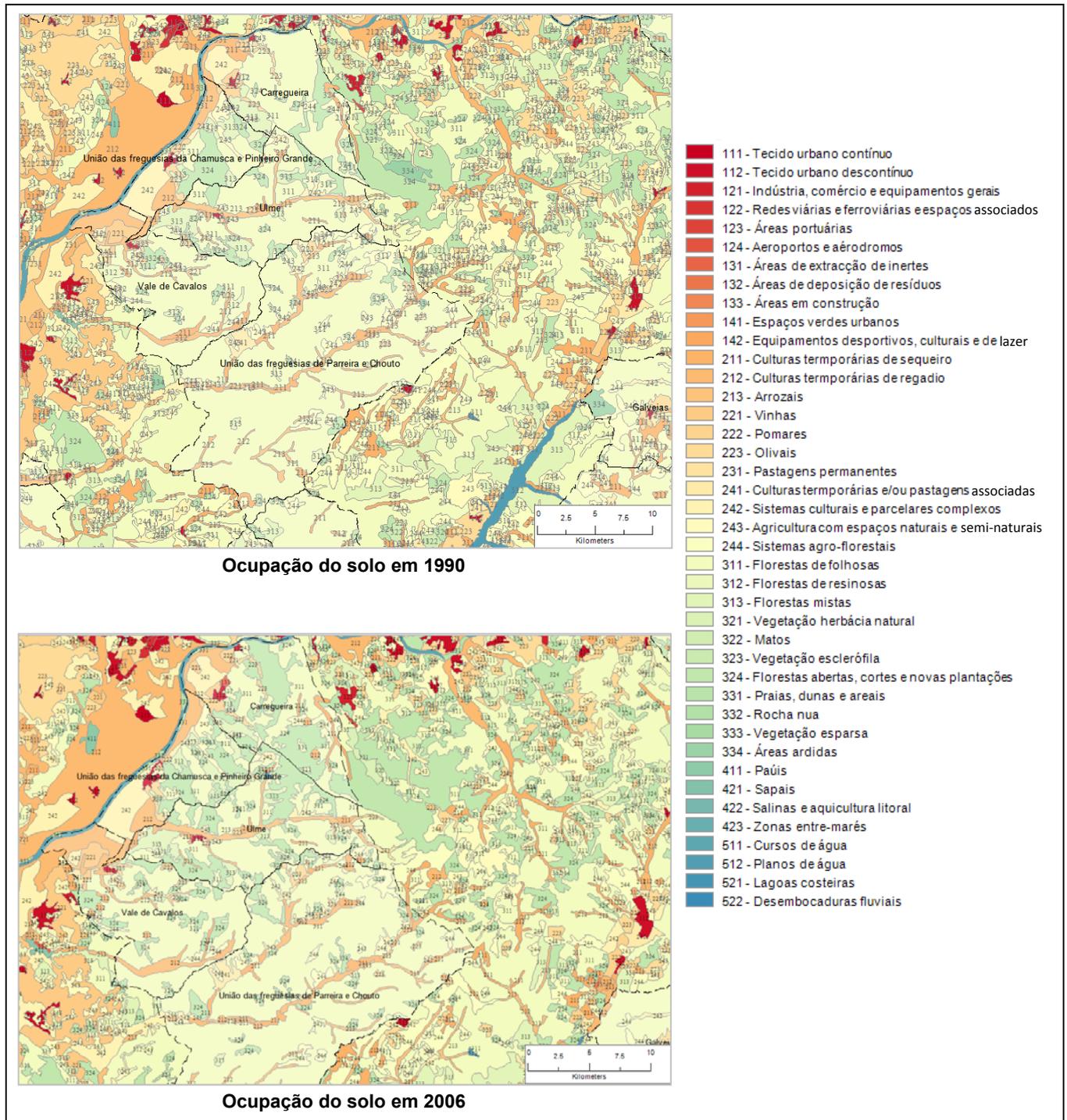
Os espaços industriais estão instalados em áreas dedicadas, normalmente inseridos nos espaços urbanos, referindo-se a Zona Industrial de Ulme, com uma área total de cerca de 30 ha, Z. I. da Chamusca, com uma área total de cerca de 12 ha, a Z. I. do Chouto (em construção) e a Z.I. de Parreira (em fase de projeto). Destaca-se, também, o Eco-Parque do Relvão, espaço de uso industrial localizado nas freguesias de Carregueira e Ulme, onde se tem desenvolvido um *cluster* de atividades ligadas à gestão de resíduos e às energias renováveis.

A indústria extrativa não tem grande representatividade no concelho, estando registadas apenas duas explorações, em Casal do Pereiro (empresa Faceril) e em Gouxaria (empresa Sobritas), esta última localizada em espaço florestal objeto da presente proposta de alteração.

A evolução da ocupação do solo no concelho da Chamusca tem-se caracterizado pelo aumento do solo afeto a usos urbanos. Analisando a carta de ocupação do solo elaborada em 1990 e 2006 no âmbito do projeto *Corine Land Cover* (Figura 5.29), verifica-se que entre os dois períodos de análise se registou um aumento da área afeta a usos urbanos de cerca de 60%. A alteração de uso do solo ocorreu, principalmente, nas freguesias de Carregueira e de Ulme (cerca de 85% e 60%, respetivamente, no

período de referência) e com menor expressão na freguesia de Chamusca (cerca de 40%, em igual período).

Figura 5.29 – Ocupação do Solo no concelho da Chamusca em 1990 e 2006



Fonte: Corine Land Cover (2000, 2006)

Em 2013, o Anuário Estatístico da Região do Alentejo regista, no concelho da Chamusca, uma área afeta a utilizações urbanas de 858,9 ha, o que representa, admitindo uma coerência de pressupostos de contabilização entre as duas fontes, um aumento em relação a 2006 de cerca de 120%. Não obstante os valores poderem expressar aumentos com algum significado, é necessário salientar que a atual (2013) ocupação urbana do solo representa 1% da área total do concelho da Chamusca, como referido anteriormente.

⇒ *Edificação e edificabilidade*

Em 2013, contavam-se 5829 edifícios no concelho da Chamusca, para habitação, concentrados nas freguesias da Carregueira e de Chamusca (cerca de 48%). Esses edifícios têm maioritariamente (84%) 1 piso e data de construção anterior a 1970 (58%) e uso habitacional (99%), ou seja, apenas 1% dos edifícios no concelho da Chamusca têm uso principalmente não residencial (Anuário Estatístico da Região do Alentejo de 2013, INE).

No quadro seguinte identificam-se as categorias de solo rural previstas no PDM da Chamusca, os usos complementares permitidos e o regime de edificabilidade respetivo.

Quadro 5.11 – Regime de edificabilidade aplicável às categorias de solo rural no PDM da Chamusca

Categoria	Permissões: usos dominantes usos complementares	Restrições/Proibições	Observações
Espaços agrícolas	- Uso agrícola dominante - Outros usos permitidos: habitação; agroindústria; pecuária; turismo no espaço rural e turismo de habitação	A construção de novos edifícios nos espaços agrícolas é sujeita a restrições	O índice máximo de construção (relação entre a área bruta construída e a área da propriedade) será de 15 %, com o máximo de 2500 m ² , não podendo a habitação exceder um máximo de 250 m ²
Espaços florestais	Explorações florestais, agroflorestais e silvo-pastoris	Proibidas operações de loteamento urbano Para além das atividades referidas na coluna adjacente, são permitidas atividades de recreio e aproveitamento cinegético	Edificabilidade permitida apenas para parcelas iguais ou superiores a 4 ha, no caso de terrenos particulares. A construção de edifícios, abastecimento de água, drenagem de esgotos, e explorações pecuárias são reguladas pelo artigo 21.º (relativo aos espaços agrícolas)
Espaços naturais e culturais	Nestes espaços incluem-se as: - Áreas de REN; - Áreas afetas a recursos hídricos - Áreas de proteção a arqueossítios - Áreas de proteção ao património edificado Nas áreas de REN são permitidos os usos compatíveis conforme respetivo regime	Nas áreas de REN são interditas as ações tipificadas no regime respetivo; Definição de áreas <i>non aedificandi</i> para linhas de água, captações subterrâneas e superficiais e sítios arqueológicos; Para o património edificado classificado são definidas restrições relativamente a novas construções e à reabilitação das existentes	
Indústria extrativa		São proibidas as ações de destruição do coberto vegetal, exceto as estritamente necessárias à exploração;	
Espaços abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro		A construção de edificações para habitação, comércio, serviços e indústria, fora das áreas edificadas consolidadas, é proibida nos terrenos classificados nos PMDFCI com risco de incêndio das classes alta ou muito alta, sem prejuízo das infra-estruturas definidas nas RDFCI.	

O ordenamento territorial atualmente em vigor determina a seguinte distribuição de áreas para os usos possíveis em solo rural:

- Área concelhia afeta a espaços agrícolas – 125 609 016,7 m²;
- Área concelhia afeta a espaços florestais – 529 515 980,7 m²;
- Área concelhia afeta a espaços naturais-culturais – 291 210 400,0 m².

A proposta de revisão do PDM não tem ainda definida a distribuição de usos para o solo rural e solo urbano.

Relativamente aos espaços urbanos, a classificação atual do solo no PDM em vigor define uma área afeta a estes usos de 12 123 220,9 m², distribuída da forma que se indica no Quadro 5.12.

Quadro 5.12 – Área do solo urbano e de solo urbanizável referente ao ano de publicação do PDM

Freguesia	Solo urbano (ha)	%	Solo urbanizável (ha)	%
Chamusca	177,33		87,17	
Carregueira	186,41		15,18	
P. Grande	84,1		0,47	
Ulme	46,71		6,02	
Chouto	15,48		2,28	
Parreira	101,03		10,99	
Vale de Cavalos	83,28		6,29	
Total	694,34	84,4	128,40	15,6

A área de solo urbanizável objeto de alvará de loteamento ou de obras de urbanização (nos termos do RJUE) fora dos alvarás de loteamento entre 1995 e 2014 está indicada no Quadro 5.13.

Quadro 5.13 – Área de solo urbanizável (ha) com alvarás de loteamento e de obras de urbanização emitidos entre 2009 e 2014

	Anos 1995 a 2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Alvarás de loteamento	-	435,46	201,90	-	-	-	-
Alvarás de obras de urbanização (fora dos loteamentos)	-	435,46	201,90	-	-	-	-
Total	29,44	435,46	201,90	-	-	-	-

A atribuição de alvarás de loteamento ocorreu principalmente em 2011 devido à operação de loteamento da Fase II do Eco-Parque do Relvão, sendo inexistente nos anos seguintes (Quadro 5.14).

Quadro 5.14 – Áreas objeto de alvarás de loteamento (m²) entre 2010 e 2014

2010	2011	2012	2013	2014
3761,8	263632,4	0	0	0

⇒ ***Diversidade e pluriatividade da atividade agrícola***

A agricultura desempenha um papel importante no desenvolvimento económico e social das zonas rurais. No entanto, o sector tem demonstrado uma tendência de estagnação do rendimento da atividade, explicada pela fraca concentração da oferta, baixa formação e envelhecimento dos ativos do sector, a falta de inovação e focagem nas necessidades no sector, entre as principais.

A diversificação da atividade económica, através do desenvolvimento de empresas, nomeadamente relacionadas com a indústria transformadora agrícola e florestal, com o turismo no espaço rural, ou com outras atividades de base local, tem efeitos diretos no desenvolvimento do sector e das economias regionais e contribui para a fixação da população rural e para a coesão social e territorial destas áreas.

Em suma, a promoção de condições que incentivem a diversificação da atividade agrícola possibilita criar novas fontes de rendimento dos produtores, novas oportunidades de emprego em meio rural essenciais para a fixação e atracão de população, contribuem para a valorização das potencialidades dos territórios rurais e potenciam o surgimento de novas atividades e serviços nas economias rurais.

O apoio à diversificação de atividades nas explorações agrícolas, através de uma linha de Ação do PRODER, recebeu, até ao final de 2013, a nível do país, 355 pedidos de apoio, totalizando um investimento de cerca de 60 milhões de euros, o que representa um compromisso de cerca de 96% da meta definida para o número de pedidos de apoio e de 92% da dotação de despesa pública programada. Os apoios foram maioritariamente concedidos para as atividades do turismo/lazer (69% dos Pedidos de Apoio e 88% do investimento), particularmente Empreendimentos de Agroturismo (57% dos projetos e 74% do investimento contratado), mas abrangendo, igualmente, outro tipo de alojamento em espaço rural. Relativamente ao emprego, os projetos contratados preveem a criação de 437 postos de trabalho, valor que sendo relativamente reduzido e estando abaixo da meta definida não deixa de ter um impacto positivo nas comunidades rurais, fortemente desertificadas (PRODER 2007-2013 – Relatório Final da Avaliação Contínua de 2013).

Em 2008 estavam em funcionamento em Portugal 1 047 unidades de Turismo de Habitação e Turismo no Espaço Rural, com um total de 11 692 camas disponíveis, representando 56,8% das camas existentes no país. O número de dormidas estimadas foi de 523,5 mil (-21,2% que em 2007). O mercado alemão liderou, com 25% do total, as dormidas de estrangeiros.

As regiões do Norte (30,4%), Alentejo (23,8%, 125 mil) e Centro (20,7%) concentraram 75% (391,8 mil) do total das dormidas estimadas para o país.

Os hotéis rurais (18,9%), agroturismo (12,2%) e casas de campo (19,4%), concentraram 50,5% das dormidas estimadas para o conjunto dos empreendimentos de turismo no espaço rural, totalizando 264 mil dormidas.

A região do Alentejo, 3.^a região do país em termos de oferta e 2.^a em termos de procura, atingiu uma taxa de ocupação-cama de 19,7%. Este valor representou um decréscimo de 12 p.p. em relação ao período homólogo de 2007.

Apesar de se inserir na região do Alentejo, para efeitos estatísticos, a oferta turística em espaço rural no concelho da Chamusca é reduzida, resumindo-se a um estabelecimento de turismo de habitação/turismo rural, de acordo com o Anuário Estatístico da Região do Alentejo de 2013 (INE, 2014), relativamente à qual não estão disponíveis informações estatísticas.

Por outro lado, de acordo com a Câmara Municipal da Chamusca, a oferta de alojamento em espaço rural disponível no concelho refere-se a 4 estabelecimentos, dois integrando-se na tipologia turismo de habitação e dois na tipologia de turismo rural.

⇒ *Valorização territorial*

A oferta cultural no concelho inclui alguns núcleos museológicos temáticos, como Etnografia, na freguesia da Carregueira, Água, na freguesia de Vale de Cavalos e Funerária, na freguesia da Chamusca. É de destacar também o património arquitetónico de base religiosa, como as Igrejas Matriz de São Brás (século XVI, a mais antiga da Chamusca) e da Misericórdia (século XVII), as Igrejas de São Francisco e de São Pedro (século XVII), classificadas como imóveis de interesse municipal, as Ermidas de Nossa Senhora do Pranto (século XVIII) e a do Senhor do Bonfim.

A nível arqueológico, o concelho da Chamusca apresenta significativas potencialidades devido ao seu posicionamento geográfico, nas rotas de passagem das populações antigas, cujo rasto tem vindo a ser descoberto através de prospeções e sondagens.

A componente cultural imaterial, de forte tradição ribatejana, tem expressão nas feiras e festas populares, com destaque para a Feira da Ascensão, a Procissão dos Fogaréus, o Entrudo e as Festas de Touros.

O artesanato local desenvolve-se, sobretudo, nas áreas da olaria, cestaria, rendas, bordados, esteiras, tecelagem, ferro forjado, latoaria, cerâmica pintada, restauro de móveis antigos, registos e gravuras, encadernação em pele e peças em madeira e cortiça.

A gastronomia é também um elemento local de valorização territorial, onde se destaca a doçaria tradicional à base de ovos.

A riqueza da paisagem chamusquense é outro valor territorial a destacar, fortemente marcada pela presença do Tejo e da sua planície aluvionar, a Lezíria, de carácter único no país. Contrastando com a horizontalidade e uso agrícola dos solos na lezíria, surge a Charneca, paisagem florestal de montado de sobro, de relevo ondulado muito suave.

5.4.2 Análise tendências

Abaixo apresenta-se a análise SWOT para o FCD Dinâmica Territorial.

Evolução do Solos. Solo Rural vs. Solo Urbano

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> Concentração da atividade industrial em áreas programadas de iniciativa autárquica 	<ul style="list-style-type: none"> Povoamento difuso com agravamento dos custos urbanísticos de desenvolvimento territorial
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> Atratividade dos centros urbanos da Chamusca e Carregueira contribuem para a contenção da dispersão populacional 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento das áreas artificializadas e da impermeabilização do solo Substituição crescente das espécies vegetais endógenas por espécies estranhas à flora da região

Diversidade e pluriatividade da atividade agrícola

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> A especificidade fundiária do concelho torna atrativa a instalação de atividades complementares à agricultura, como a agroindústria, a pecuária extensiva ou não, e, ainda, o turismo em espaço rural 	<ul style="list-style-type: none"> Localização excêntrica em relação aos eixos viários principais, com acessibilidade desfavorável
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> Potencialidades associadas à multifuncionalidade e diversificação para atividades e serviços complementares à agricultura Maior procura dos produtos de base local, tais como artesanato, produtos tradicionais, produtos agrícolas e géneros alimentícios certificados Atração crescente em relação às zonas rurais por parte de jovens com espírito empreendedor, qualificação técnica e capacidade de inovação. 	<ul style="list-style-type: none"> Recessão económica com perda de poder de compra Enquadramento macroeconómico e financeiro desfavorável ao financiamento de investimentos no sector agroalimentar nacional Diminuição do empreendedorismo

Valorização do território rural

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> Património cultural, imóvel e material, com valor Paisagem de elevado valor, principalmente a que se associa à Lezíria do Tejo e de que são exemplos a vila do Arripiado e o Castelo de Almourol 	<ul style="list-style-type: none"> Fraca oferta de estabelecimentos, serviços e equipamentos turísticos no espaço rural
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> Aumento da procura turística e da procura de lazer para as zonas rurais, assente na lógica da diferença e das soluções individuais por oposição às propostas de massa Interesse crescente pelo património e pelas especialidades gastronómicas de cariz tradicional Crescente valorização da autenticidade e da busca da paz e tranquilidade 	<ul style="list-style-type: none"> Ocupação dos solos de elevada fertilidade por infraestruturas ou edificações Crescente substituição das espécies florestais autóctones (sobreiro) por espécies florestais de crescimento rápido, como o eucalipto Perda do carácter rural da paisagem

5.5 Riscos Naturais, Ambientais e Tecnológicos

5.5.1 Situação atual

De entre os processos naturais e tecnológicos suscetíveis de produzirem perdas e danos humanos, económicos e ambientais, na área de incidência da presente análise, pode referir-se como mais relevantes o risco sísmico, o risco de incêndio florestal, as cheias e inundações e os riscos associados ao funcionamento das unidades industriais (existentes e a instalar-se). Consideram-se não relevantes na área em análise os perigos relacionados com a radioatividade natural e os movimentos de massa em vertentes.

Atividade sísmica

O vale do Tejo e região envolvente apresentam atividade sísmica importante, associada à falha (ou zona de falhas) do curso inferior deste rio, que se manifestou de forma mais significativa nos abalos de 1531 e 1909. Durante este último, a intensidade verificada na zona foi de grau VI a VII, da escala de Mercalli. Durante o terramoto de 1755, que teve origem na fratura Açores-Gibraltar, registou-se uma intensidade de grau VIII (escala de Mercalli) na linha sismo-tectónica Chamusca/Pinheiro Grande/Praia do Ribatejo. A intensidade VII foi registada ao longo do Vale do Tejo, a Sudoeste de Constância, abrangendo provavelmente a área de análise.

De acordo com Zêzere *et al.*², a suscetibilidade sísmica na zona em apreço é baixa (intersecção da intensidade sísmica máxima de VIII com $PGA^3 < 3,2 \text{ m/s}^2$) a moderada (intersecção da intensidade sísmica máxima de grau IX com $PGA \text{ } 2,4 - 3,2 \text{ m/s}^2$; intensidade sísmica VIII com $PGA \text{ } 3,2 - 4,0 \text{ m/s}^2$).

Cheias Progressivas

De acordo com o PROT, na região Oeste e Vale do Tejo (OVT), as cheias podem ser desencadeadas por períodos chuvosos que se prolongam por várias semanas, fazendo diminuir drasticamente o efeito regularizador das barragens, cujas descargas podem potenciar picos de cheia, ou por episódios de precipitação muito intensa e concentrada em algumas horas; ou, ainda, por rutura de barragens, associada ou não a situações meteorológicas adversas.

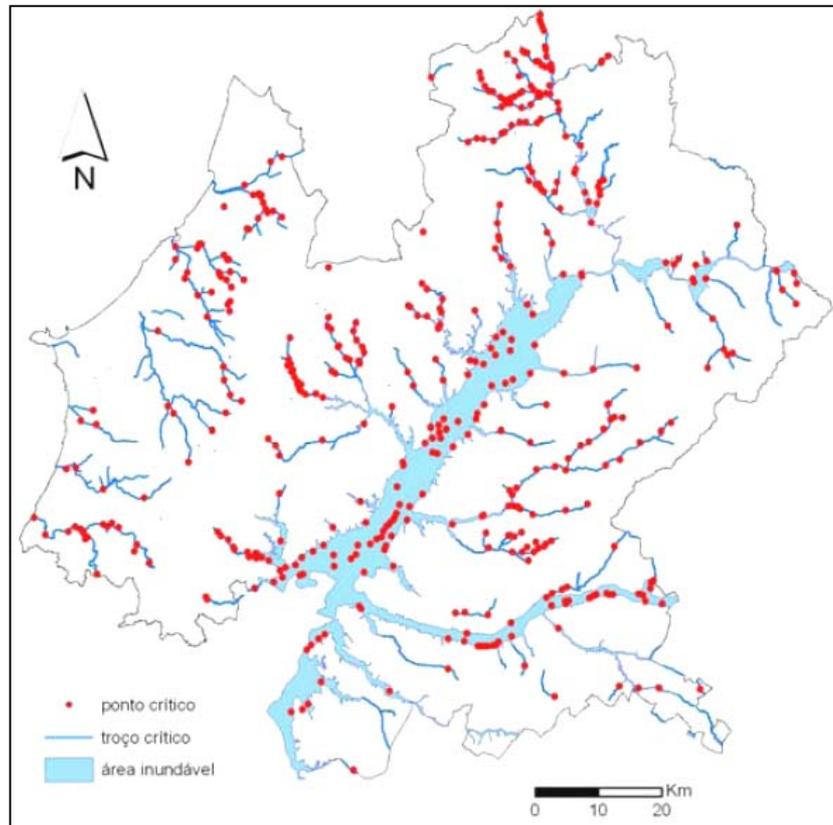
No primeiro caso, as cheias são do tipo progressivo e afetam essencialmente o rio Tejo e os grandes afluentes da sua bacia hidrográfica, como o rio Zêzere, o rio Nabão, ou o rio Sorraia. Durante as cheias de maior magnitude, o rio Tejo invade os fundos de vale dos seus afluentes originando o fenómeno das “cheias de jusante”, sendo a inundação daí resultante a maior em todo o território nacional: $>800 \text{ km}^2$ de área submersa (PROT OVT).

² José Luíz Zêzere, Catarina Ramos, Eusébio Reis, Ricardo Garcia, Sérgio Oliveira, (2007/2008), “Perigos naturais, Tecnológicos e Ambientais na Região do Oeste e Vale do Tejo”, INFORGEO, 22/23, 37-49

³ Peak ground acceleration

A Figura 5.30 representa as áreas com perigo de cheia e de inundação na região OVT, de acordo com o Diagnóstico Estratégico elaborado no âmbito do PROT (Zêzere *et al.*, 2008). Como se pode verificar, o rio Tejo, na secção do concelho da Chamusca, e a ribeira de Ulme estão incluídos nas áreas com esta categoria de risco.

Figura 5.30 – Perigo de Cheia e de Inundação na Região Oeste e Vale do Tejo



Fonte: PROT OVT (Zêzere *et al.*, 2008)

Risco de Incêndio

Cerca de 80% do território do concelho da Chamusca é ocupado por povoamentos florestais, com dominância do Sobreiro (*Quercus suber*) e, em menor escala, do Eucalipto (*Eucalyptus globulus*) e Pinheiro (*Pinus pinaster*). É na zona Norte do concelho que se localizam os maiores povoamentos de Pinheiro e Eucalipto, o que atendendo à maior suscetibilidade destas espécies à propagação de incêndios, determina um maior risco para as áreas geográficas das freguesias setentrionais deste município.

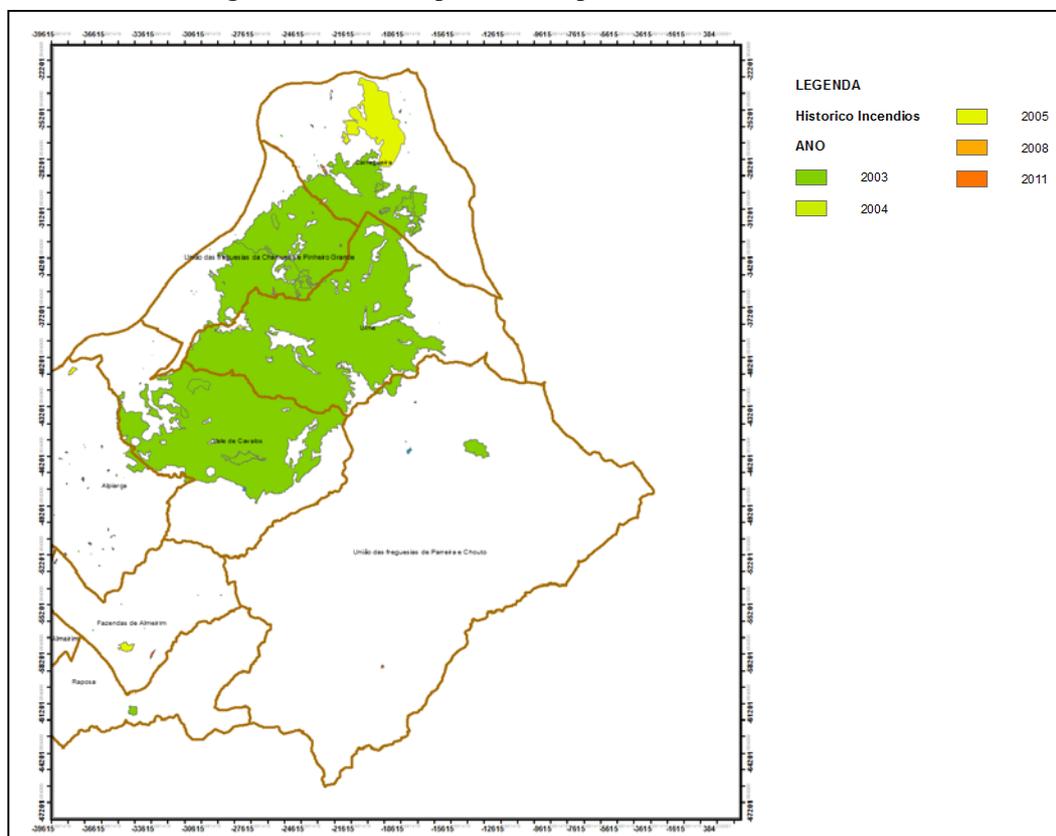
As estatísticas das ocorrências de incêndios no concelho evidenciam e confirmam esta maior sensibilidade. Com efeito, no período de 2001 a 2012 arderam no concelho da Chamusca 23 730 ha, correspondentes a 32% da área do território municipal. O maior número de ocorrências de incêndio neste período sucedeu na freguesia de Carregueira (cerca de 38% das ocorrências totais) e aproximadamente 50% ocorreu nas freguesias de Ulme e Carregueira. A maior área ardida teve lugar na freguesia do Ulme, que correspondeu a 92% da área total ardida no concelho no mesmo período (www.icnf.pt, em Dezembro de 2013).

Os povoamentos florestais foram os mais atingidos, correspondendo a cerca de 63% de área ardida total, para o que muito contribuiu o incêndio de 2003, em que foram destruídos 13 542 ha desta tipologia de espaço florestal.

Analisando o historial dos incêndios no último decénio, o ano de 2003 apresentou-se catastrófico para o concelho da Chamusca deste ponto de vista, tendo sido consumidos 22 013 ha de florestal, do quais 99,5% na freguesia do Ulme. O ano 2005 também se destaca no período, embora de forma menos significativa, tendo-se registado 2 943 ha de floresta ardida, na sua quase totalidade na freguesia da Carregueira (idem).

A carta de ocorrências de incêndios (Figura 5.31) mostra as áreas percorridas por incêndio na área do concelho da Chamusca, podendo visualizar-se a extensão das manchas afetadas nos anos de 2003 e 2005.

Figura 5.31 – Áreas percorridas por incêndio 2003-2011

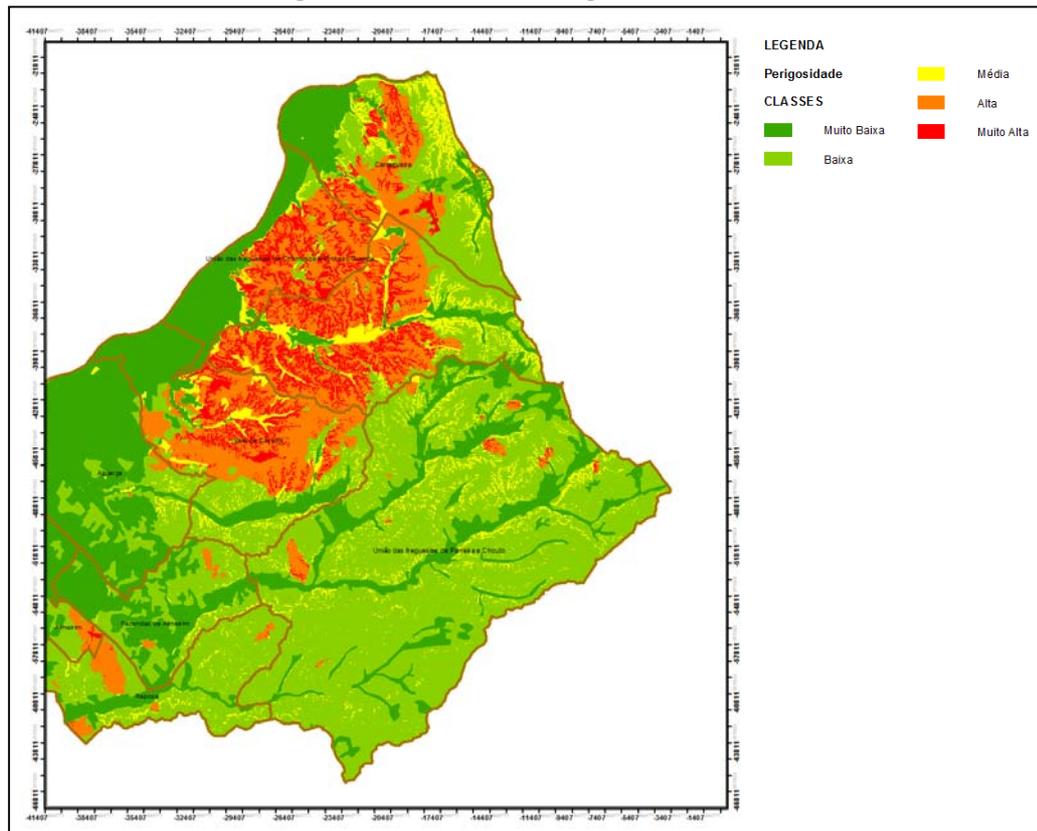


Fonte: Câmara Municipal da Chamusca

De acordo com o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios da Chamusca, o período com temperaturas mais altas e humidades relativas do ar baixas coincide com o período crítico de área ardida total, bem como do registo do n.º de ocorrências.

Foram elaboradas as cartas de risco de incêndio e de perigosidade de incêndio para o concelho da Chamusca, que se apresentam nas Figuras 5.32 e 5.33.

Figura 5.32 – Carta de Perigosidade de Incêndio



Fonte: Câmara Municipal da Chamusca

Como se pode apreciar, a perigosidade de incêndio, que reflete as dimensões da suscetibilidade do local e a probabilidade de ocorrência do fenómeno (Varnes, 1984⁴), é maioritariamente alta no sector Norte e central do concelho.

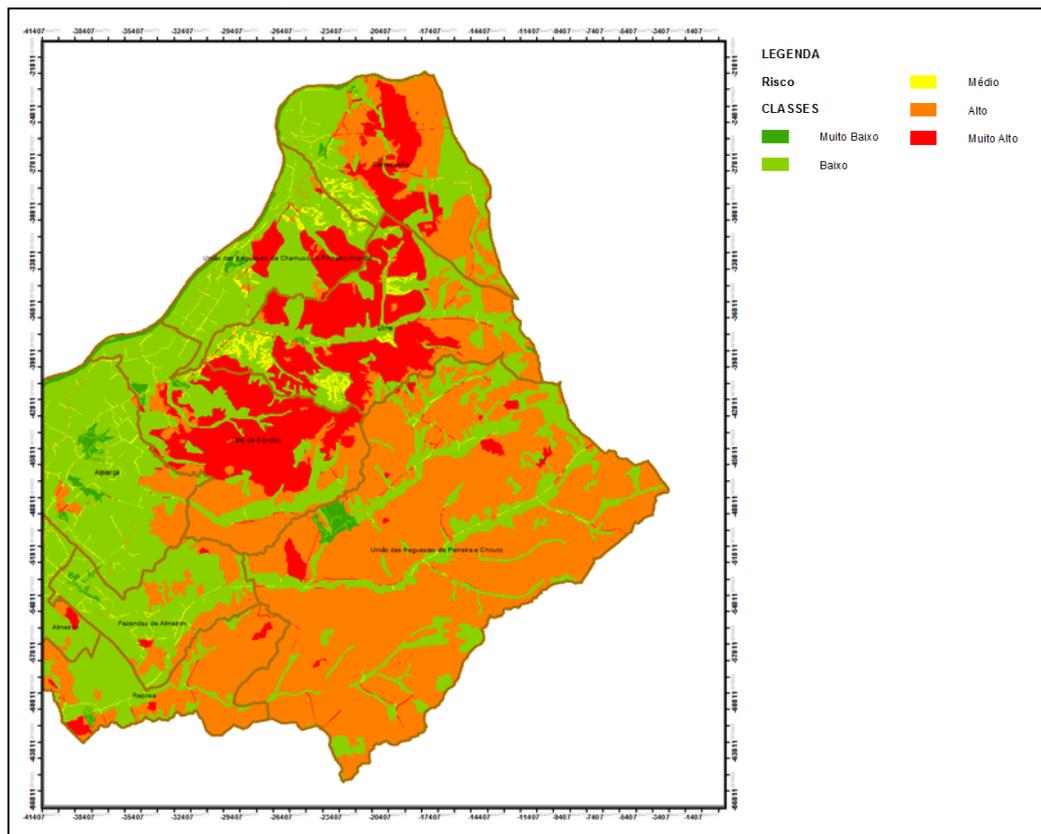
No que se refere ao risco de incêndio, que dá conta, não só da probabilidade de ocorrência do fenómeno, mas também da extensão dos danos que podem ocorrer, assinala-se igualmente a zona setentrional, mas também o sector oriental, onde a classe de risco médio/alto tem maior incidência.

Riscos Tecnológicos

O concelho da Chamusca tem uma atividade industrial relativamente modesta, sendo representada pelos sectores da indústria metalúrgica, indústria do papel (embalagens), indústria da madeira (serração, carpintaria, mobiliário), cortiça (preparação) e indústria alimentar, associada à transformação de produtos agrícolas (arroz, trigo, milho, vinha e tomate). A construção civil também desempenha um papel significativo na atividade económica do concelho.

⁴ Varnes, D.J., International Association of Engineering Geology Commission on Landslides and Other Mass Movements on Slopes (1984) – Landslide hazard zonation: a review of principles and practice, UNESCO, Paris.

Figura 5.33 – Carta de Risco de Incêndio



Fonte: Câmara Municipal da Chamusca

A atividade industrial concentra-se, fundamentalmente, em espaços de iniciativa autárquica, designadamente a Zona Industrial de Ulme, preferencialmente vocacionada para unidades de média e grande dimensão, a Zona Industrial da Chamusca e, ainda, as Zonas Industriais do Chouto e de Parreira.

Por seu lado, o Eco-Parque do Relvão está vocacionado para a instalação de empresas com atividade nas áreas da reciclagem e valorização de resíduos e de outras fileiras da área ambiental, e, ainda, das energias renováveis.

À data não estão instaladas no concelho da Chamusca quaisquer atividades abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de Agosto (regime PAG). Em projeto, está a unidade UAG da TAGUSGAS, que está enquadrada por este regime, no nível inferior de perigosidade, tendo já sido entregue a Avaliação de Compatibilidade de Localização (ACL) no âmbito do procedimento de autorização.

Também a nível de projeto, é conhecida a intenção da Maxampor de instalar uma unidade de fabrico de explosivos no concelho da Chamusca, que ficará enquadrada por este regime, no nível superior de perigosidade.

Quanto a instalações abrangidas pelo regime da Prevenção e Controlo Integrados da Poluição (PCIP), no concelho da Chamusca identificam-se duas unidades do sector da cerâmica (uma na Z.I. Ulme e outra na Z.I. da Chamusca); uma instalação de fabrico de papel e cartão em Ulme; uma unidade do sector da pecuária, também em Ulme; o aterro

sanitário da Resitejo; o aterro de resíduos industriais banais (Ribtejo) e os dois centros de gestão de resíduos perigosos, Sisav e Ecodeal.

Acresce referir que o concelho da Chamusca é atravessado por uma infraestrutura fixa de transporte de substâncias perigosas, designadamente o gasoduto de 1.º escalão Campo Maior – Leiria – Braga, que se desenvolve a cerca de 5 km a Norte do Eco-Parque do Relvão.

Também, o transporte de substâncias perigosas por estrada é um perigo a considerar nas principais vias do concelho da Chamusca, designadamente, entre outros, no que se refere aos resíduos perigosos destinados aos centros de tratamento do Eco-Parque do Relvão.

O transporte de resíduos perigosos, em Portugal, está sujeito às disposições do Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º n.º 206-A/2012, de 31 de Agosto, que aprova o Regulamento Nacional do Transporte de Mercadorias Perigosas por Estrada (RPE) e outras regras respeitantes ao transporte rodoviário de mercadorias perigosas. Neste domínio, é, ainda, aplicável a Portaria n.º 335/97, de 16 de Maio, relativa às transferências de resíduos no território nacional.

Assim, a realização de transporte de mercadorias perigosas está sujeita a exigentes requisitos e condições de segurança, sendo que na situação de ocorrência de qualquer derrame é obrigatória a imediata limpeza do local.

5.5.2 Análise tendências

Abaixo apresenta-se a análise SWOT para o FCD Riscos Naturais, Ambientais e Tecnológicos.

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Contenção da implantação de estabelecimentos industriais em áreas devidamente infraestruturadas para o efeito (zonas industriais e eco-parque) 	<ul style="list-style-type: none"> • Zona Norte do concelho com vales encaixados e povoamentos de eucalipto e pinheiro que potenciam a propagação e dificultam a contenção dos incêndios • Áreas ribeirinhas junto ao rio Tejo e ribeira de Ulme com risco de inundação
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Consciencialização crescente das populações e das entidades responsáveis para a gestão ativa dos espaços florestais, principalmente no que respeita à gestão de combustível 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento das espécies com maior potencial de risco de incêndio • Gradual abandono de parte das propriedades do concelho, tendo como consequência falhas na manutenção das faixas de gestão do combustível • Agravamento das situações de risco com origem hidrometeorológica, no quadro da modificação global do clima